

O Assédio em Instituições de Ensino Superior Brasileiras: Retratos de uma Dinâmica de Violência

Autoria

Stefânia de Castro Helmold - stehelmold@gmail.com

Graduação/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Cristiana Trindade Ituassu - crisituassu@ufmg.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin - CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O assédio tem se tornado um tema de reconhecida importância para organizações diversas, embora dificilmente seja estudado fora do contexto empresarial. Num cenário de ascensão do número de estudantes de nível superior no País e de degradação do ambiente acadêmico, esta pesquisa descritivo-exploratória teve como objetivo compreender como se dão as dinâmicas de assédio que envolvem estudantes das instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Os dados foram coletados por meio de questionário digital e analisados qualitativamente via análise de conteúdo, realizada com o software Iramuteq. Os resultados mostraram que, entre os respondentes, o assédio acontece nas dependências das IES, é predominantemente vertical e presencial, e mais frequente entre estudantes do sexo feminino. A maioria dos assediadores são docentes. Poucas ocorrências são denunciadas e menos ainda resultam na punição do agressor. Foi possível concluir, assim, que o assédio está presente no cotidiano de alunos, professores e trabalhadores das IES, que ainda não institucionalizaram formas de combate a essa prática. Isso contribui para os números alarmantes desse tipo de violência dentro dessas instituições. A partir dessas constatações, tecem-se algumas considerações a respeito do assédio e de como ele poderia ser enfrentado, assim como se discutem consequências nefastas de se negligenciar o assunto.



O Assédio em Instituições de Ensino Superior Brasileiras: Retratos de uma Dinâmica de Violência

O assédio tem se tornado um tema de reconhecida importância para organizações diversas, embora dificilmente seja estudado fora do contexto empresarial. Num cenário de ascensão do número de estudantes de nível superior no País e de degradação do ambiente acadêmico, esta pesquisa descritivo-exploratória teve como objetivo compreender como se dão as dinâmicas de assédio que envolvem estudantes das instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Os dados foram coletados por meio de questionário digital e analisados qualitativamente via análise de conteúdo, realizada com o *software* Iramuteq. Os resultados mostraram que, entre os respondentes, o assédio acontece nas dependências das IES, é predominantemente vertical e presencial, e mais frequente entre estudantes do sexo feminino. A maioria dos assediadores são docentes. Poucas ocorrências são denunciadas e menos ainda resultam na punição do agressor. Foi possível concluir, assim, que o assédio está presente no cotidiano de alunos, professores e trabalhadores das IES, que ainda não institucionalizaram formas de combate a essa prática. Isso contribui para os números alarmantes desse tipo de violência dentro dessas instituições. A partir dessas constatações, tecem-se algumas considerações a respeito do assédio e de como ele poderia ser enfrentado, assim como se discutem consequências nefastas de se negligenciar o assunto.

Palavras-chave: assédio, violência, Instituições de Ensino Superior.

1. Introdução

A educação superior no Brasil vem crescendo de maneira vertiginosa. O percentual de pessoas acima dos 25 anos com ensino superior completo passou de 3,4% em 2000 para 11,3% em 2010 (IBGE, 2000; IBGE, 2012). De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), em 2017 existiam, no País, 2.448 instituições de ensino superior (IES), oferecendo mais de 35 mil cursos, em que estavam matriculados cerca de 8 milhões de estudantes, 70,26% dos quais do sexo feminino.

O crescimento da parcela da população no ensino superior brasileiro, sobretudo das mulheres, propiciou um cenário desafiador para as IES, envolvendo questões como a evasão escolar, a renovação dos currículos visando consonância com os temas da atualidade, um ambiente de competição que inclui uma nova visão da educação como produto e dos alunos como clientes, e também as contemporâneas perspectivas sociais de ética e moralidade. Dentre esses desafios, alguns temas são pungentes e se faz necessário um maior esforço para entendê-los. O assédio, a violência e o adoecimento dentro do ambiente acadêmico são exemplos. Para Hirigoyen (2008), o assédio se manifesta por meio de ações e palavras direcionadas a alguém, no intuito de minar sua integridade física e/ou psíquica. Estes danos acabam por acarretar problemas como adoecimento, evasão escolar, baixo aproveitamento e até suicídios, que talvez pudessem ser evitados com um protocolo de combate a essas práticas.

Nesse contexto, o ambiente universitário tem sido apontado como fonte de stress (LUZ *et al*, 2009) e muito tem sido discutido sobre a saúde mental da comunidade acadêmica (BEITER *et al*, 2015). Requisitos dos cursos, testes constantes e grande volume de informação são apontados como fontes desses problemas. Suspeita-se, no entanto, que haja outras e que o assédio, como experiência que é fonte de sofrimento, possa ser seja capaz de contribuir com esse panorama preocupante.

Seja moral ou sexual, o assédio vem sendo amplamente discutido na literatura, sobretudo nas ciências administrativas (FREITAS, 1996; OLETO *et al*, 2018), na psicologia (LEYMAN, 1990; HIRIGOYEN, 2006) e no direito (GARBIN, 2009) e, embora tenha se constituído como um tema de discussão importante, pouco se pesquisa sobre o assunto em outros âmbitos de interação social, que não o do trabalho.

Por meio de uma revisão da literatura disponível, na perspectiva do assédio em IES, foram encontrados 57 artigos científicos que contemplavam o tema, sendo dezoito relacionados a IES brasileiras. Dentre os 39 artigos internacionais encontrados, quinze tratavam das experiências de alunos em relação ao assédio, um fazia uma análise documental em textos de uma instituição e os demais traziam revisões bibliográficas sobre o tema. Entre os dezoito artigos brasileiros, treze expunham as perspectivas de professores em relação ao assédio e apenas seis se dedicavam a entender como o estudante vivenciava o assédio dentro da instituição. Isso deixa evidente que a perspectiva dos alunos diante do fenômeno não tem recebido a devida atenção.

Diante dessa constatação, o presente trabalho assume como propósito identificar como se dão as dinâmicas de assédio que envolvem estudantes nas IES brasileiras, o que abrange questões associadas como: os alunos sabem identificar o assédio? Como ele se manifesta? Quais as características de vítimas e agressores? Que providências costumam ser tomadas? Como o tema é tratado pelas IES? Há mecanismos de combate e conscientização?

Quanto à relevância do estudo, a primeira contribuição que ele busca trazer é de natureza teórica, uma vez que contempla uma perspectiva importante que a literatura sobre o assunto tem negligenciado, qual seja, a dos alunos. Em termos práticos, dentre os públicos que a pesquisa pode vir a beneficiar encontram-se as IES do País, seus estudantes e a sociedade como um todo. Afinal, acredita-se que compreender melhor o fenômeno do assédio – seja moral ou sexual – nesse ambiente é fundamental para se enfrentar o desafio do combate a essa prática e minimizar, portanto, suas consequências. Entre elas, encontram-se o adoecimento dos discentes, perda de produtividade, evasão escolar, redução da qualidade de ensino, problemas para as instituições envolvendo clima de desconfiança e hostilidade, possíveis processos administrativos e jurídicos e outras questões ainda, que atrapalham a constituição dessas instituições como um espaço de respeito em que se constrói conhecimento e saber.

2. Revisão de literatura

Segundo Hirigoyen (2008), o processo de assédio está presente tanto na vida doméstica quanto na esfera profissional, e pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, conforme os contextos históricos e culturais nos quais está inserido. A autora (2008, p. 60) define assédio como “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que podem trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa”, principalmente no ambiente de trabalho, embora a definição em questão possa ser transportada para qualquer outro contexto ou organização.

Para Fukuda (2012), o assédio é uma violência de caráter sexista, visto que transforma a distinção biológica em uma desigualdade pautada pela opressão, na qual a vítima não é vista como ser humano, mas sim como objeto sujeito ao poder do outro. Também segundo Teixeira e Rampazo (2017), há uma hierarquização histórica daqueles sujeitos construídos como masculinos, que se utilizam de suas posições privilegiadas, legitimadas socialmente, para objetificar mulheres, independentemente da posição hierárquica que ocupem.

Nesse ponto, é importante ressaltar que, por mais que as mulheres sofram com o assédio em diversos microambientes sociais, isso acontece especialmente na academia, onde as estudantes, professoras e pesquisadoras sofrem “intensos processos de deslegitimação enquanto produtoras e organizadoras de conhecimento” (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017, p. 1167). Isto se dá de forma estruturada a fim de que o saber construído por estas mulheres não as leve a posições de poder nas organizações de ensino. É preciso lembrar, portanto, o papel fundamental que tem esta instituição nesse contexto. A ela cabe formar os profissionais mais qualificados de uma sociedade. Logo, as IES têm a obrigação de informar sobre e combater o assédio dentro de suas instalações, a fim de que ele não seja naturalizado e propagado para as demais instâncias de trabalho, nas quais seus alunos futuramente vão atuar.

2.1.1 Assédio Moral

Este trabalho considera o assédio moral conforme o conceito de Hirigoyen (2008, p. 65), como “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica”, resguardando-se as características de desequilíbrio de poder e direcionalidade que a literatura lhe atribui. Segundo Leymann (1990), o assédio é também de natureza psicológica, e não física; tem necessariamente um aspecto de temporalidade, ou seja, envolve repetição e prevalência; e resulta em danos psicossomáticos para a vítima. Abrange situações hostis de diferentes tipos e pode ser vertical (entre superior e subordinado), horizontal (entre pares),

estratégico (movimento que parte da organização para levar o trabalhador ao afastamento) ou coletivo (direcionado a grupos específicos de trabalhadores) (OLETO *et al.*, 2018). Essa definição abarca também o traço de perversão descrito por Freitas (2001), assim como a percepção da autora que dissocia o assédio do ambiente de trabalho, incluindo assim os demais cenários sociais onde pode ocorrer, compreendendo as relações interpessoais na universidade.

Para Dejours (2008) e Heloani (2004), a perversidade dos assediadores é encorajada pelas organizações, envoltas num cenário de individualismo e competição onde falta ética. Assim, se a filosofia que norteia os negócios – acrescente-se aqui, também, os da área da educação – não mudar, dificilmente medidas de combate a essa prática trarão resultados.

2.1.2 Assédio Sexual

Considerando-se a ineficiência da definição jurídica de assédio sexual na legislação brasileira, a presente pesquisa abarcará os conceitos mais amplos de assédio utilizados pelos estudos organizacionais (FREITAS, 2001; TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017; dentre outros), optando ainda em incluir o estupro como o possível resultado mais brutal do assédio sexual nas organizações, em consonância com a literatura internacional. Isso posto, entende-se o assédio sexual como uma imposição de poder por meio de ações de cunho sexual, visando dominar e inferiorizar uma das partes envolvidas, não necessariamente ligada à hierarquia, mas desde que o assediador conte com meios de constranger e prejudicar a vítima, causando danos à sua integridade física ou psíquica, à sua imagem ou a qualquer outro bem ou direito que lhe seja caro. Essa definição distancia o conceito da ideia de que o assédio precisa estar ligado ao ambiente de trabalho; extingue a impressão de que ele se relaciona à hierarquia formal ou de gênero; e amplia a abrangência do termo para vários outros contextos sociais onde ocorra.

Comportamentos relacionados ao assédio incluem, portanto, o suborno sexual, a ameaça e a imposição sexual propriamente dita, dispostos num *continuum* em que as condutas evoluem no sentido do aumento da violência inicialmente psicológica até a violência física propriamente dita (TILL, 1980; OLETO *et al.*, 2018). As consequências dessa prática envolvem aquelas relacionadas ao trabalho, como redução da produtividade, abandono do curso, desmotivação; as psicológicas, com sintomas relacionados ao stress; e as físicas, como depressão (AINA e KULSHRESTHA, 2018).

No que diz respeito ao ambiente universitário, pesquisas demonstram que alguns tipos de interação favorecem o risco de vitimização nesse cenário, como estar em ambientes que incluem álcool, ter um relacionamento próximo com uma pessoa de autoridade direta ou participar de atividades em grupo (CLODFELTER *et al.*, 2010). Especificamente no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon e Data Popular (2015) apontou que 56% das mulheres participantes já haviam sofrido assédio sexual dentro de universidades. Além disto, 73% das respondentes da pesquisa conheciam casos de assédio sexual nas dependências de IES.

Assim como no assédio moral, o assédio sexual é tão ou mais subnotificado nessas organizações. Estudos sugerem que apenas 25% de todos os crimes cometidos dentro dos *campi* são reportados às autoridades (FISHER *et al.*, 1998 *apud* CLODFELTER *et al.*, 2010, p. 458). Como ilustração disso tem-se a pesquisa de Clodfelter *et al.* (2010), segundo a qual 12,5% das vítimas de violência sexual no *campus* estudado queriam relatar às autoridades o ocorrido, mas nenhuma delas o fez. Dois terços das vítimas acreditavam que suas experiências não eram importantes o bastante para serem reportadas, pelo menos não oficialmente. Elas relataram suas experiências para indivíduos que não são ligados à comunidade acadêmica, ou seja, as

consideraram importante o bastante para contar a alguém, mas não o suficiente para dar queixa ou recorrer a mecanismos formais de controle e combate.

3. Metodologia

Este estudo consistiu numa pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Como técnica de coleta de dados, optou-se pelo uso de questionário eletrônico, indicado especialmente para casos como o da pesquisa, porque “o respondente não é identificável, portanto, o sigilo é garantido” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39). No caso de temas delicados como o assédio, o sucesso da investigação depende de criar um ambiente seguro em que os indivíduos possam se manifestar, garantindo assim que o façam da maneira mais livre possível. Este envolveu uma primeira parte, com informações sociodemográficas dos respondentes; uma segunda, com perguntas fechadas; e uma terceira, com questões abertas sobre o tema.

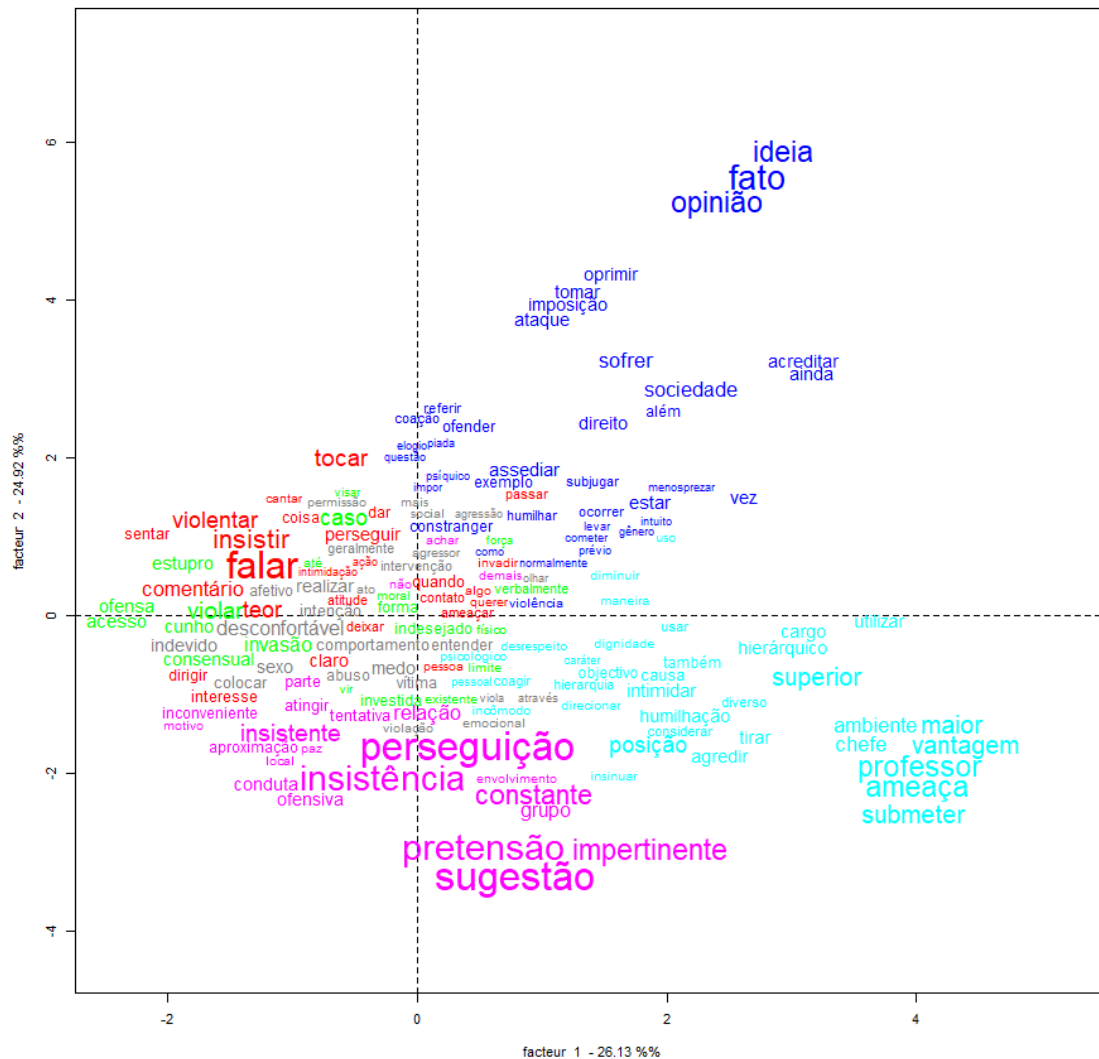
Considerando ser este um estudo de identificação de problema, optou-se por uma amostra não-probabilística. Disponibilizado através de *link* de acesso, o questionário autoaplicável foi divulgado em redes sociais e respondido por 2.525 participantes, durante o mês de outubro de 2018. Isso incluiu aqueles que participaram ou participam da comunidade acadêmica brasileira, no papel de discente, docente ou funcionário – desde que as experiências de assédio reportadas envolvessem estudantes. Dos 2.525 questionários obtidos, foram desprezados 826 por dados faltantes ou porque as informações prestadas não se enquadravam no recorte delimitado para a pesquisa. Restaram então 1.699 questionários a serem analisados.

Considerou-se a análise de conteúdo a metodologia mais adequada para a análise dos dados, mais especificamente a categorização temática. Na fase de exploração do material, organizaram-se categorias de análise para cada pergunta, aqui omitidas em função de espaço, mas respeitando-se as características de exaustividade e exclusividade do método. Para que se pudessem identificar categorias e subcategorias, determinaram-se unidades de registro, ou seja, as palavras-chave das respostas, observadas através de sua frequência; e unidades de contexto, que se referem aos termos em sua totalidade, e que possibilitam compreender a utilização das unidades de registro em determinado enunciado (BARDIN, 2008). O *corpus* foi processado utilizando-se o *software* IRAMUTEQ.

4. Resultados e discussão

O perfil dos respondentes é, predominantemente, de mulheres com até 32 anos de idade, de cor branca ou parda, com ensino superior completo ou incompleto, de orientação hétero ou bissexual, solteira e moradora das regiões sudeste e sul do país. A questão do gênero chama a atenção: dos 1.699 respondentes da pesquisa, 85,82% (1.453) se consideram mulheres cisgênero, 12,60% (214) homem cisgênero, 0,35% (6) homem transgênero, 0,29% (5) mulher transgênero e 1,24% (21) de outros gêneros não listados. Acredita-se que o número muito superior de mulheres respondentes tenha relação com a prevalência das vítimas de sexo feminino (FUKUDA, 2012; TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017), o que gera maior interesse em participar do estudo. Mulheres cis e transgênero foram agrupadas no gênero feminino, e homens cis e transgênero foram identificados no sexo masculino. Quando questionados sobre ter vivido, presenciado ou tomado conhecimento sobre casos de assédio em universidades, 90,94% dos participantes responderam positivamente. Dos respondentes, 896 (53,68%) relataram ter sido vítimas dessa prática nas IES – números altos para um ambiente que, muitas vezes, é considerado neutro, racional, equânime e assexuado, como o acadêmico.

Figura 2: Análise de correspondência dos conceitos de assédio



Fonte: dados da pesquisa

Na Figura 2, também fica claro que os conceitos de assédio moral e sexual se confundem para os respondentes, na medida em que as classes que o programa distingue aparecem próximas, às vezes entrelaçadas e confusas. Apesar disso, o entendimento dos respondentes inclui importantes aspectos do fenômeno, como temporalidade, violência, direcionalidade e desigualdade de poder. Há respostas, por exemplo, que demonstram conhecimento sobre o caráter processual dessa prática (BARRETO, 2006): “Tratamento diferenciado com o intuito de obter algum benefício, caso não consiga vira agressão verbal” (78). Mas um aspecto essencial do assédio – a temporalidade – foi mencionado apenas por 0,4% das respostas: “Assédio é qualquer forma de ridicularização, zombaria ou humilhação em público e que seja direcionada a uma mesma pessoa com certa frequência” (207).

Quanto à DINÂMICA DO ASSÉDIO, 86,54% dos respondentes que afirmaram ter sido alvo dessa violência eram mulheres. Dentre todas as respondentes, 53,36% relataram já ter sofrido assédio em algum momento de seu percurso acadêmico. Os valores encontrados corroboram com os do Instituto Avon e Data Popular (2015), que apontou que 56% das mulheres já haviam sofrido assédio alguma vez dentro das universidades. Aparentemente, portanto, não há como

dissociar a ocorrência desse fenômeno de questões relacionadas a gênero. É notório o caráter misógino das agressões (TEXEIRA e RAMPAZO, 2017): “Reunião de departamento. O colega mais velho sempre elogia a aparência das colegas e alunas, pede que mulheres façam a ata da reunião e façam café porque é coisa de mulher (...) é frequente.” (13) ou “As universidades, em geral, ainda mantém uma postura conservadora, na qual se acredita que a culpa pelo assédio é da mulher” (1128).

Reforçando essa impressão, 93,61% dos assediadores eram do sexo masculino, levando a crer que o assédio está intimamente ligado ao machismo e ao patriarcado, que faz com que homens sintam a necessidade de se reafirmarem exercendo seu poder sobre outra pessoa (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017). É o que Freitas (2001) chama de violência perversa, realização do prazer através da subjugação do outro.

Ainda em relação à ocorrência do fenômeno, no que se refere aos participantes deste estudo, quanto maior a escolaridade, maior a percepção de assédio, no caso das mulheres, tendo o ensino básico a menor frequência de respostas positivas (50,00%) e o mestrado a maior (96,81%). Isso não ocorre entre homens com ensino médio, com 88,89% de respostas positivas, e 66,67% na pós-graduação.

Quando considerados gênero e região do país, entre as mulheres, o assédio é mais frequente para as que residem no norte do Brasil (97,62%) e menos frequente para aquelas que vivem na região centro-oeste (89,60%). Entre os homens, também é mais frequente para homens que vivem no Norte do país (94,12%) e menos frequente para os que vivem no Centro-Oeste (82,35%). Para aqueles que se identificam com outros gêneros, é menos frequente entre pessoas do Sudeste, com 84,62%.

No que se refere à relação entre assédio e orientação sexual (Tabela 5), na amostra pesquisada ele é mais frequente em mulheres homossexuais (96,81%) e menos entre mulheres heterossexuais (90,20%); mais frequente entre homens bissexuais (90,00%) e menos em homens heterossexuais (82,95%).

Em termos etários, considerando-se a frequência de ocorrência do assédio em toda a população, é possível ver que ela prevalece entre as faixas de 16 a 24 anos e de 25 a 32 anos, com 62,63% e 25,72% respectivamente (Tabela 8). Esta tendência não se reproduz entre os gêneros feminino e masculino, uma vez que os homens de todas as faixas etárias estudadas têm frequências de assédio semelhantes. Demonstra-se assim que, embora de forma geral exista considerável diferença entre os gêneros, ela não se repete entre as faixas etárias mais baixas. As mulheres com mais de 32 anos têm frequências de ocorrências de assédio mais baixas, mas os dados da pesquisa não permitiram concluir os motivos disso.

Quanto ao assediador, há menções a estranhos ou mesmo profissionais de segurança dos *campi*. No entanto, chama a atenção que, em 55,04% dos casos, o agressor seja um docente e, em 42,75%, um estudante.

“Meu amigo foi assediado no laboratório diversas vezes pelo orientador. Ocorreu pessoalmente com algumas testemunhas outros alunos de mestrado do professor” (2434).

“Em aula, após uma prova, a professora fez todos os alunos levarem um espelho, e promoveu um momento de grande assédio em que reforçava o quanto todos eram fracassados, que deveriam olhar no espelho e se

envergonharem pelo o que veem, e coisas do tipo. Muitos alunos e alunas saíram em prantos da sala” (1887).

Apesar de previsível, dado que a literatura apresenta o desequilíbrio de poder como elemento estreitamente relacionado à ocorrência do fenômeno (NUNES; TOLFO, 2015), é de causar espanto pensar que a figura do professor, que em tempos áureos inspirava confiança e respeito, pode ter se tornado fonte de ameaça e ansiedade para os alunos. Interessante, no entanto, é perceber que exatamente essas características, que em princípio tornariam o mestre o profissional mais apto a lutar contra essa prática no ambiente acadêmico, são também aquelas que fazem dele a pessoa com melhores condições para assediar. Isso torna a dinâmica do assédio nas IES ainda mais complexa e seu combate, portanto, mais desafiador.

“Eu presenciei o caso de uma estudante e um professor. Era dentro da sala de aula. O professor se insinuava para ela, inclusive chegou ao tom de ameaça dizendo que "havia formas mais fáceis que estudar para passar". Ela sempre me contava, pedia para ficar por perto. A garota sempre tentava "sair" dele, mas ele sempre insistia, quase que de forma descarada. Ela precisou sair da matéria” (2490).

“Uma pergunta por mensagem sobre minha nota, e ele me disse o que ele ganharia em troca se ele me ajudasse com os décimos que faltavam pra me passar... [...] Aí depois ele lançou os meus décimos pra eu passar... [...] e ele fez isso.. ele jogou comigo pra saber o que eu iria falar. O cara é casado e tem uma filha pequena.. esses professores não boto a mão no fogo por nenhum...” (1729).

Em outra situação, em que os alunos estavam vulneráveis a uma falha da instituição, fui cobrar uma postura do coordenador e ele fez diversos contatos comigo, por telefone e e-mail, me ameaçando e dizendo para eu não esquecer da minha condição mental e de como me indispor com ele poderia me colocar numa situação em que eu não conseguiria lidar. A situação durou até que eu trancasse o curso” (1774).

“No Laboratorio de aula prática, um professor, ao não ser correspondido sobre suas brincadeiras machistas e sexistas, tentou diminuir e intimidar uma colega . Tudo ocorreu na minha presença, que era dupla de aula prática da colega, durou alguns minutos, mas trouxe consequências para ela e para mim. Notas baixas, desvalorização do trabalho feito. Menosprezando toda nossa fala” (1726).

Em coerência com esses achados, sendo os professores a maior parte dos agressores, a maioria das vítimas foi de estudantes (69,56%). Isso reforça a relevância da pesquisa, que busca entender vivências de assédio nesta perspectiva particular.

A pesquisa apontou ainda que o assédio pode acontecer virtual (por exemplo, por aplicativos como o *whatsapp* ou redes sociais como o *facebook*) ou presencialmente. Os assédios do primeiro tipo foram menos frequentes (relatados por apenas 9,2% dos respondentes). Os demais ocorreram em eventos dentro e fora do *campus*, em ambientes comuns no espaço das IES (laboratórios, banheiro, biblioteca, elevador, corredores) ou mesmo em gabinetes. No caso dos respondentes deste estudo, a maioria das situações de assédio ocorreu nos *campi*, sobretudo na sala de aula (59,18%), tida como espaço sagrado de aprendizado e respeito.

“Foi em sala de aula diversas vezes e em outras no corredor da faculdade. Ele já fez diversos comentários sobre aparência física das alunas, mencionou fantasias com alunas de maneira detalhada em sala de aula e o caso mais marcante e que repercutiu em todo o corpo estudantil foi uma vez quando ele exigiu que as meninas ficassem ajoelhadas ou engatinhando na sala para um exercício quando ele ficava observando e fazendo comentários não pertinentes” (1736).

Mais uma vez, os dados denotam a degradação desse ambiente (LUZ *et al*, 2009; BEITER *et al*, 2015) e evidenciam a urgência de que o assunto seja tratado como uma prioridade.

Quanto às providências tomadas, 33,32% das vítimas acionaram algum tipo de ajuda quando assediadas. 66,62% disseram que não procuraram nenhum apoio, enquanto 0,06% não responderam ou não sabiam responder. A denúncia (18,46%), o confronto direto (5,02%) e a abertura de boletins de ocorrência (1,74%) foram as medidas mais comumente tomadas. Os estudos de Fisher *et al.* *apud* Clodfelter *et al.* (2010, p. 458) apontam que apenas 25% dos crimes cometidos dentro dos *campi* são reportados, sendo assim, os resultados encontrados corroboram com a literatura internacional e evidenciam a importância de se trabalhar esse aspecto, qual seja, os canais de denúncia para o combate ao assédio e as punições para os agressores.

Dentre os respondentes que não acionaram nenhuma ajuda, 15,74% afirmaram sentir medo de represálias: “Ela não quis tomar nenhuma providência, porque por ela ser mulher não iriam acreditar nela e por ele ser um professor e na época coordenador, tinha muito poder, então ela não quis entrar numa briga que certamente iria perder” (507). 7,84% disseram que não resolveria nada denunciar, 3,11% alegaram não saber a quem recorrer e 4,21% disseram sentir vergonha ou culpa, reforçando a existência da auto-culpa, fenômeno descrito por Clodfelter *et al* (2010) e que consiste num aspecto cultural a ser trabalhado.

Em termos dos resultados de eventuais denúncias, dos 208 respondentes que mencionaram ter tomado alguma providência, 54,81% relataram que isso não surtiu nenhum efeito. Em 14,90% dos casos, resultou em afastamento dos agressores, em 4,33% em demissão e, surpreendentemente, em 5,29% dos casos a vítima foi afastada de suas atividades: “Prestou queixa na ouvidoria da faculdade, funcionário foi afastado por uns dias” (733) ou: “Todas as envolvidas fizeram um BO, porém depois de alguns meses sem resultado, a principal vítima retirou a queixa, e fomos orientadas pela delegada a retirar também” (103); ou “Não tomei nenhuma atitude pois vítimas alertaram que a coordenação já havia repreendido o professor e que ele não tinha parado, então não adiantaria reclamar” (246).

Em outros casos, as vítimas acreditavam que a violência sofrida era irrelevante. Além do desconhecimento, este é um importante fator para a subnotificação de assédio, principalmente moral (CLODFELTER *et al*, 2010): “Não, acredito que seja porque foi assédio verbal e a vítima pode ter achado que não é tão relevante quanto um assédio físico” (537) ou “Fingir que não aconteceu ajuda a esquecer mais rápido, em casos de menor gravidade” (597). Em alguns relatos, é perceptível o dano físico ou psicológico causado pelo assédio em muitos indivíduos.

“Em nenhum dos dois casos tomei providências... No segundo caso principalmente, pois apenas me sentia um lixo e suja e por muito tempo me zombaram duvidando da minha sexualidade” (1444).

“Reclamações em Ouvidoria, busca por proteção na hierarquia institucional, pedido de conversa com o professor. A consequência foi negligência da instituição por muito tempo. Faziam parecer que não era nada, que eu e outras pessoas estávamos inventando ou perseguindo o professor (numa suposta inversão das práticas). Por fim eu me sentia sem energia para estudar e tive pensamentos suicidas por uns 2-3 meses devido ao estresse e à falta de confiança institucional que me fazia parecer mentiroso” (91).

“Sim, abandonei o curso. Isso me trouxe muitos problemas psicológicos e físicos, como gastrite, além de me fazer perder um ano com um curso que não pude terminar” (1923).

Em relação às posturas e políticas das IES sobre o tema, quando perguntados a respeito dos mecanismos institucionais disponíveis para o combate e a conscientização dessa prática, 19,72% dos participantes responderam que conheciam os mecanismos institucionais disponíveis; 6,36% que os desconheciam; 73,40% disseram que em suas instituições não havia mecanismos oficiais de combate e conscientização contra o assédio. Entre aqueles que responderam que conheciam os mecanismos, 57,19% das pessoas não os descreveram. Os mecanismos mais citados entre os participantes foram o de ouvidoria, 27,25% e de palestras educacionais, 7,19%. Importante ressaltar que, por mais que os respondentes soubessem da existência dos canais de comunicação institucionais, frequentemente eles eram tidos como ineficientes: “Ouvidoria, mas muito alunos reclamam de ser ineficaz, pois os acusados sempre tem acesso sobre quem denunciou, sendo que devia ser anônimo” (808) ou “Agora temos uma ouvidoria e um núcleo de direitos humanos, mas nenhum acusado nunca foi punido” (1632).

Foi observada a falta de mecanismos formais de conscientização e combate exclusivamente à prática ao assédio, essenciais para minimizar essas ocorrências. Além disso fica claro, com as respostas, que há iniciativas nesse sentido, mas parecem tímidas, ineficazes, esporádicas e dependem dos indivíduos que ocupam os cargos, ou seja, falta institucionalização:

“A faculdade disponibiliza um e-mail e um canal de telefone de ouvidoria, mas nenhum específico em relação a comportamentos fora dos padrões éticos da instituição. Pouco se fala em relação a essa prática e não há campanhas de conscientização, pelo menos não durante os 4 anos que estudei na instituição. Em relação ao meu curso especificamente, durante os 3 primeiros anos do curso, tivemos uma coordenadora bastante acessível em relação a tais temas, porém após seu desligamento, o novo coordenador sempre tentava minimizar qualquer situação anormal que fosse lhe render trabalho extra” (592).

“Existe um canal de ouvidoria, pouco discutido ou explicitado. Mas em seis anos de universidade não me recordo de atividades com o objetivo de debater as relações tóxicas entre alunos e professores” (2279).

Diante da fragilidade do sistema e da inoperância das IES, os alunos têm se organizado a fim de criar seus próprios mecanismos de resistência e combate ao assédio. Essas assertivas reforçam ainda a importância das organizações estudantis para a garantia de um ambiente acadêmico seguro e saudável. Para muitos alunos, eles são o único recurso com que se pode contar. Os coletivos, os Diretórios e Centros Acadêmicos e as conversas entre alunos foram os mais citados quando os participantes do estudo foram perguntados sobre os mecanismos de

combate ao assédio, com 42%, 25% e 22% das respostas, respectivamente. Isso demonstra que as IES estão deixando a cargo dos próprios estudantes a tarefa de cuidar do assunto.

“A faculdade não fala muito sobre isso, a não ser quando tem alguma palestra. As atléticas e movimento estudantil que ajuda muito nessa conscientização” (1817).

“Exatamente desse assunto não. As alunas criaram um coletivo de mulheres para representar e auxiliar nessas situações. Mas é algo que partiu de alunas, não da faculdade.” (1813).

“Na minha universidade a reitoria não faz nada, o que vemos é a equipe do núcleo Maria da Penha preocupado, que apesar de a função ser prestar serviço à comunidade externa, a mulheres em situação de violência doméstica, elas desenvolvem trabalhos pensando o ambiente universitário” (2212).

Cabe reconhecer, no entanto, casos positivos de instituições com políticas adequadas ou inovadoras no combate ao assédio. Esse número, contudo, é extremamente baixo diante de todas as respostas obtidas (representa menos de 0,3% delas): “No caso de assédio sexual, a universidade conta com equipe de apoio e denúncia” (2310); “Sei que a (nome da universidade) tem uma central feminina de denúncia de assédios, mas nunca usei o canal” (2410); “Sim, a universidade recebe o assédio como assunto sério e toma medidas cabíveis” (424); ou “sim, um ótimo canal é a ouvidoria” (1651).

Quando perguntados se o tema já havia sido abordado no contexto acadêmico, 17,42% responderam de forma positiva, 82,11% responderam negativamente, e 0,47% responderam não saber. Dentre aquelas pessoas que responderam positivamente, 35,71% responderam que haviam tido contato com o assunto por meio de medidas institucionais (palestras, reuniões com colegiado, semanas de calouros, material gráfico) A maior parte, no entanto (64,29%) disse ter abordado o tema em sala de aula, em trabalhos e pesquisas das disciplinas: “Em algumas falas de alguns professores. Uma vez houve uma convidada em uma matéria para falar sobre feminismo e entrou nesse assunto” (1775); “Parcialmente em matérias sobre sociologia, ética ou comportamento organizacional” (2498); ou ainda “Poucas vezes, em seminários sobre a saúde da mulher” (1184). Mais uma vez, fica evidente que o assunto não recebeu atenção sistemática por parte das IES, que aparentemente estão num estágio inicial no desenvolvimento de políticas para combater esse tipo de violência. Dentre aqueles que responderam à pesquisa, 16,36% relataram ter conhecimento sobre assédio por meio de coletivos, atuação das entidades estudantis, de conversas com alunos, ou seja, o fizeram ou informalmente ou sem apoio direto da instituição. Estes números revelam que o combate ao assédio nas instituições tem uma participação muito expressiva dos alunos, que se organizam no sentido de resistir e combater a prática. Contudo, como este tipo de organização é informal e não oficial, é impossível que a instituição tenha algum nível de controle da adequação e segurança das informações que ali circulam. As IES precisam, assim, se apropriar do tema: “Não em disciplinas do curso, mas o Centro Acadêmico do curso de engenharia ambiental da (nome da universidade) realizou uma roda de debate a respeito do papel, importância e também dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio acadêmico” (1698).

Outro ponto comum nos relatos foi a dependência que a tratativa do tema tem das professoras de sexo feminino. São elas que mais se importam em falar e divulgar informações, muito provavelmente por também serem as que, dentre os docentes, sofrem mais com o assédio. Os

comportamentos negativos de professores do sexo masculino também foram ressaltados. Estes dados sugerem a necessidade de maior engajamento dos professores no combate ao assédio, independente do gênero: “Apenas pelo coletivo feminista e por poucas professoras feministas que resolveram falar fora do programa” (1632) ou “Sempre, pelas nossas professoras mulheres incríveis” (2362).

Em relação ao que as IES podem fazer, quando a pergunta se referiu às medidas que poderiam tomar, os mecanismos de combate foram citados por 35,31% dos respondentes, sendo que os subgrupos mais citados foram o de criação de canais de denúncia mais efetivos, seguros e anônimos, seguido do aumento da segurança: “Abrir espaços para denúncias em nível de reitoria, pois na unidade haverá certamente perseguição do aluno” (188), ou:

“Acho que as instituições devem oferecer canais de denúncia e divulgá-los. Mais do que tudo, deve tratar as vítimas com sigilo, por outro lado, deve haver uma punição clara e severa em casos de assédio, sendo que qualquer processo não pode demorar ou correr o risco de não punir o culpado, fragilizando ainda mais a vítima [...]” (2345).

“Acho que tem que parar o corporativismo entre os professores. Vejo muito professor tentando diminuir as asneiras do outro. Além disso tem que ter mecanismos de proteção das alunas contra o assédio moral dos professores. Porque raramente o assédio sexual vem isolado. O assediador muitas vezes ameaça reprovar ou prejudicar a aluna caso ela denuncie e isso é muito grave, porque muitas estudantes perderam as esperanças de serem cuidadas pelas instituições da universidade” (2501).

Houve sugestões no sentido de priorizar que a figura feminina estivesse à frente desse combate:

“Deveria ter um conselho ou uma orientadora mulher para que ficasse fácil a comunicação com ela. No meu caso, como sou mulher, tendo outra mulher para falar seria melhor, eu me sentiria mais à vontade para falar do que com um homem que tende a minimizar o ocorrido” (818).

Apesar de fazer sentido, essa sugestão não considera que, fosse outra a cultura, estariam todos engajados com essa causa, homens e mulheres, igualmente preocupados em acabar com o assédio. Até que isso aconteça, no entanto, a ideia do respondente pode ser algo a catalisar transformações, na medida em que desincentiva a subnotificação dos casos.

O quesito de conscientização foi citado por 58,51% dos participantes: “Devemos ter espaços físicos de articulação e debates. (...) Para que, de fato, o assédio possa ser entendido e aí reprimido” (1373).; “Conscientizar os alunos. O cara que abusou de mim provavelmente não acha que abusou, acha que ok forçar uma menina a transar mesmo que ela não queira e deixe isso claro. Os alunos e alunas precisam entender o que é abuso [...]” (443); ou ainda “Acho que divulgar melhor as informações de como proceder em casos de assédio e tornar público o apoio em casos como esse. É importante que a vítima saiba que pode fazer algo, que terá segurança em fazê-lo” (2426). A punição, por outro lado, foi indicada como uma das coisas que as IES podem fazer para combater o assédio por 35,31% dos respondentes: “Apurar as denúncias com mais atenção. Sabe-se do transtorno que uma denúncia dessas causas à instituição e eles tentam abafar de todo jeito... A vítima se torna o problema ao invés do agressor...” (2396) ou: “[...]”

afastamento imediato do agressor. Maior publicização e maior clareza quanto à punição do agressor. Assédio sexual como o que ocorreu é crime e deve ser punido conforme a lei” (581).

Por fim, no que se refere ao apoio à vítima, este foi descrito por 17% indivíduos: “Estimulem a denúncia, tenham psicólogos preparados para atender essas situações e fortaleçam coletivos de mulheres” (1623); ou “Também são necessários grupos de apoio às mulheres dentro de cada faculdade, uma vez que estes auxiliam no processo de cura e formam uma rede de proteção e apoio às mulheres” (1891); ou ainda: “Deve respeitar suas alunas e ouvir o que elas têm a dizer, não jogar a culpa nelas. Quando você se sente acuada e pede ajuda, é porque alguma coisa não está certa, e tratar a vítima como grande responsável pela situação só machuca mais” (1902). Nesse ponto, fica claro que o cuidado com quem sofreu essa violência não pode receber uma atenção menor do que a punição com quem a empreendeu.

5. Conclusões

Com o propósito de entender como se dão as dinâmicas de assédio que envolvem estudantes nas instituições de ensino superior brasileiras, a pesquisa utilizou um questionário *online* respondido por 1.699 pessoas, dentre as quais a maioria se tratava de mulheres, com até 32 anos de idade, de cor branca ou parda, de nível superior (completo ou não), de orientação hétero ou bissexual, que viviam nos estados das regiões sudeste e sul. Sobre os dados coletados, realizou-se uma análise de conteúdo com o auxílio do *software* IRAMUTEQ.

Observando que as respostas apresentadas não contemplavam todos os aspectos de algum dos dois tipos de assédio, pode-se concluir que os respondentes desconhecem as diferentes formas que ele pode assumir, assim como suas características fundamentais. A falta de informação é um dos pilares que contribuem para a manutenção das situações dessa prática dentro das IES, pois impede o reconhecimento da violência que representa e, conseqüentemente, desfavorece sua denúncia e a punição dos agressores. A respeito disso, o trabalho evidencia que é preciso informar e conscientizar toda a comunidade acadêmica para que essa violência seja devidamente combatida.

Quando questionados se conheciam ou haviam vivido algum caso de assédio em IES, 90,94% respondeu que sim, sendo que a percepção das mulheres ultrapassa a dos homens (91,70% e 85,91%, respectivamente). Além disso, a percepção do assédio tem frequência homogênea entre todas as faixas etárias e etnias, mas é maior quanto maior o grau de escolaridade. Também é maior em outras orientações sexuais quando comparada com heterossexuais. A região Norte do país foi a que teve maior frequência de respostas positivas, tanto entre mulheres quanto homens.

Dentre todos os respondentes, 53,68% relataram já ter sofrido assédio dentro das IES, sendo que 86,54% eram mulheres e 12,23% homens. Dentre as vítimas, 69,56% eram alunas, 25,56% eram alunos e apenas 3,78% eram professores, o que leva a questionamentos sobre o motivo de as pesquisas brasileiras sobre o tema focarem os docentes, em detrimento dos discentes, quando eles parecem ser os maiores alvos dessa violência, no ambiente acadêmico. Observou-se também que, em 42% dos casos, as agressões vinham de alunos, enquanto em 55% deles, o agressor era o professor. Isso suscita uma série de questionamentos, dentre os quais se o papel do docente, antes uma referência para os estudantes, não estaria se contaminando com a lógica competitiva e individualista do contexto que o cerca, um contexto de precarização do trabalho, de degradação das IES e de crise da educação como um todo.

O estudo mostrou também que 93,61% dos assediadores eram do sexo masculino, o que deixa evidente a relação entre essa prática e questões relacionadas a gênero, fomentando discussões sobre o machismo no ambiente acadêmico. Aqui, cabe pensar as IES como um microcosmo que reflete a cultura do cenário que as circunda, reproduzindo todo tipo de preconceitos, a despeito de se autoproclamar como o ambiente da diversidade e do respeito às diferenças.

A pesquisa apontou ainda que a maioria das situações de assédio ocorreu dentro dos *campi*, na sala de aula e de forma presencial, mas somente um terço das vítimas acionaram os mecanismos de combate pertinentes. Respondentes disseram que tem medo de sofrer represálias e que a denúncia não levaria a nada, além de sentirem vergonha. Sendo estes os principais motivos da subnotificação do assédio nas organizações, segundo mostram os dados da pesquisa, faz-se necessário incitar o debate sobre como lidar com o assédio nas IES, a fim de aumentar a confiança nos mecanismos de combate a essa violência, garantir a lisura dos procedimentos de denúncia e investigação, assim como definir uma política mais rígida de punições para os agressores. Ao que parece, a impunidade e o medo são propulsores desses atos.

Participantes da pesquisa não conhecem as ferramentas que as IES podem ter para apoiá-los e não confiam nelas. Poucos respondentes conheciam os mecanismos disponíveis para denúncia e combate institucionais ao assédio. Os mais comumente relatados foram as ouvidorias e palestras educacionais. Surpreendentemente, foram mencionadas formas de combate não-institucionais, tais como formação de grupos de alunos, coletivos, apoio dos movimentos estudantis, dentre outros. Torna-se, então, preponderante que as IES organizem e estruturem mecanismos oficiais e seguros de combate ao assédio, que estes sejam difundidos entre os integrantes da comunidade acadêmica e efetivos no objetivo de reprimir essa prática. É evidente a necessidade de as IES tomarem para si essa tarefa, institucionalizando a luta contra esse tipo de violência, em vez de deixar que fique a cargo de iniciativas de outros atores da comunidade acadêmica.

Além disto, significativa maioria dos respondentes afirmaram que o tema nunca foi abordado durante sua formação, o que implica barreiras importantes para a conscientização. Quando isso aconteceu, foi sobretudo por iniciativas esparsas de professores em disciplinas, via palestras ou discussões em coletivos e organizações discentes, mais uma vez reforçando a falta de protagonismo das IES nesse processo. Falta criar e fortalecer mecanismos institucionais de denúncia e acolhimento, melhorar a comunicação a respeito dos mecanismos existentes, estabelecer e praticar punições mais severas e oferecer suporte psicológico e jurídico às vítimas, além de outras medidas. Assim, os resultados do estudo servem como alerta para os gestores institucionais sobre a frequência e a gravidade da ocorrência dos casos de assédio, assim como a necessidade de priorizar e estruturar o combate a essa forma de violência.

Quanto às limitações da pesquisa, pode-se apontar que a aplicação dos questionários *online* reduz a confiabilidade dos relatos, em comparação com outros métodos de coleta de dados, como entrevistas e grupos focais. Para minimizar este efeito, o questionário foi disponibilizado por um mês, e o grande número de respondentes ajudou a minimizar este efeito. Para futuras pesquisas é importante abordar diferenças regionais, realizar entrevistas em profundidade a fim de entender como efetivamente o assédio influencia no cotidiano dos alunos e qual a extensão de seus danos. Pesquisas que foquem a mulher parecem igualmente relevantes dado que, conforme as respostas analisadas, são os maiores alvos dessa prática.

Esforços para combater as várias formas de violência presentes no cotidiano dos estudantes são essenciais para a construção de um ambiente saudável de aprendizagem. Essa, por sua vez, é

uma condição fundamental, entre outras coisas, para a formação de cidadãos capazes de ser empáticos e solidários com o outro, de respeitar os colegas em situação de maior ou menor fragilidade e de resistir a práticas que não consideram a dignidade humana. É esse perfil de cidadão que toda IES deve procurar formar, oferecendo-lhe, dentre outras coisas, um ambiente saudável e digno de estudo. Essa pesquisa buscou oferecer contribuições nesse sentido.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. atual. Lisboa: Edições 70, 2008. 281 p.
- CLODFELTER, T. A.; *et al* Sexual harassment victimization during emerging adulthood. **Crime and Delinquency**. v. 56., n. 3, p. 455-481, 2010.
- DEJOURS, C.; LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. RJ: Ed. Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008.
- FISHER, B. S. *et al*. Crime in the ivory tower: The level and sources of student victimization. **Criminology**, v. 36, p. 671-710. 1998.
- FREITAS, M. E. Assédio sexual: a proposta perversa. **RAE Light**. v. 3, n. 3, p. 4-9. 1996
- FREITAS, M. E. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: v. 41, n. 2, p. 8-19. 2001.
- FUKUDA, R. F. Assédio Sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica**. Vitória: v. único, n. 01, p. 119 – 135. 2012.
- GARBIN, A. C. **Representações na mídia impressa sobre assédio moral no trabalho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 169 p.
- GERHARDT, E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- HELOANI, R. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE Eletrônica**. São Paulo: v. 3, n. 3, p. 2-8. 2004.
- HIRIGOYEN, M-F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 223 p.
- HIRIGOYEN, M-F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 350 p.
- INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. (2015). **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf. Acesso em: 1 nov 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2000: Educação e Deslocamento – Resultado da Amostra. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010: Educação e Deslocamento – Resultado da Amostra. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: **Inep**, 2018.
- LEYMAN, H. Mobbing and Psychological Terror at Workplaces. **Violence and Victims**. New York: v. 5, n. 2, p. 119-126. 1990.
- NUNES, T. S.; e TOLFO, S. R. O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: v. 17, n. 41, p. 21-36, 2015.
- OLETO, A. F. *et al*. Um raio não cai no mesmo lugar?: a história de vida de Raimunda, assediada moral e sexualmente em todos os seus locais de trabalho. In: **XLII Encontro da ANPAD, 2018, Curitiba**.
- TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. S. V. Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente?. **FAROL - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Belo Horizonte: v. 4, n. 11, 1151 – 1235. 2017.
- TILL, F. J. Sexual harassment: A report on the sexual harassment of students. Washington, DC: **National Advisory Council on Women's Educational Programs**. 1980.